

I – Introdução

I – INTRODUÇÃO

1.1 – Nota Prévia

No cumprimento do preceito legal, apresenta-se o Relatório de Gestão relativo ao ano económico de 2006, para que dentro dos prazos previstos pelo Decreto - Lei 54 – A/99¹, de 22 de Fevereiro e em conformidade com a alínea e) do n.º 2 ao artigo 64º, conjugado com a alínea c) do n.º2 do artigo 53º da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja aprovado pelo órgão executivo, apreciada e votada pelo órgão deliberativo, a correspondente Prestação de Contas da Autarquia.

Este relatório tem, assim, por objectivos:

- I) Explicitar os níveis de execução conseguidos referenciando-os aos aspectos mais relevantes da actividade financeira municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e da tesouraria;
- II) Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade da autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos financiamento externo e condições de funcionamento;
- III) Analisar a situação financeira da autarquia do ponto de vista patrimonial, considerando o Balanço e a Demonstração de Resultados.

O Orçamento do Município para 2006 foi elaborado no respeito pelo Decreto – Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro e aprovado nos termos da Lei n.º 169/99, de 18

¹ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

de Setembro, desenvolvido e executado no respeito do equilíbrio orçamental, reportando-se a esta conta a execução de todas as receitas e despesas dentro do formalismo legal exigido, desenvolvendo-se o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, de acordo com as regras contabilísticas fixadas nos diplomas legais.

Acrescerá ainda referir que foram utilizados mapas e quadros que irão permitir uma análise financeira e patrimonial de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações de dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.

Assim e nos termos do artigo 6º do POCAL, são apresentados como documentos de Prestação de Contas:

- a) Mapa de Execução Orçamental da Despesa
- b) Mapa de Execução Orçamental da Receita
- c) Mapa de Execuções Anual do Plano Plurianual de Investimentos
- d) Mapa de Execução Anual das Grandes Opções do Plano
- e) Mapas das Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano
- f) Mapa de Fluxos de Caixa
- g) Operações de Tesouraria
- h) Balanço
- i) Demonstração de Resultados
- j) Anexos às Demonstrações Financeiras
- k) Relatório de Gestão

Apesar de todos os esforços, ainda não foi no ano de 2006 que a Autarquia conseguiu implementar integralmente o POCAL, pois ainda não se conseguiu avançar com a Contabilidade de Custos (implementada em 2007) e nem aprovar o Balanço Inicial, pelo facto de existirem bens que ainda não foram inventariados pelo que só se irá proceder à aprovação deste, quando todos os bens, quer os de Domínio Público, quer os de Domínio Privado se encontrarem totalmente inventariados de acordo com os parâmetros exigidos pela Lei em vigor.

1.2 – Sumário: Descrição dos aspectos mais significativos da Conta Anual da Autarquia

As contas apresentadas neste documento são reflectidas numa base de rigor, transparência e obedecendo a todos os preceitos legais.

Ao longo deste exercício económico poderemos concluir sumariamente que na receita se verificam dificuldades na execução das verbas provenientes de fundos comunitários e que impedem uma redução substancial da dívida autárquica. Houve ainda a necessidade de recorrer a um empréstimo a médio e longo prazo para financiar obras do III QCA, aonde se destacam o investimento na rede de Água e Saneamento.

No que concerne à despesa verifica-se uma redução de 10% nas dívidas a curto prazo, facto que acontece pela primeira vez no último quadriénio. Esse dado positivo não se reflecte totalmente na dívida global, pois houve a assunção neste exercício de aproximadamente 1,1 milhão de euros de facturas de obras cuja execução havia sido realizada no ano anterior.

Este é um facto relevante para melhor interpretarmos a realidade dos números na aquando a comparação dos dois últimos exercícios, se assim não fosse, assistiríamos em 2006 a uma redução real da dívida global na ordem dos 8,5%.

No cômputo geral este documento atesta a realidade e todas as actividades autárquicas.

A) Processo Orçamental

1. Orçamento da Receita:

	Valor
• Orçamento Inicial	18.950.000
• Reforço	255.615
• Orçamento Final	19.205.615

2. A receita liquidada totalizou 14.325.588€, sendo 65.494€ referente a dívidas de terceiros à Autarquia, transitado de anos anteriores.

Desta situação resulta receitas por cobrar no final do ano, no valor de 120.586€ e um grau de execução da receita de 73,4%.

3. Principais fontes de Receita:

	Valor	%
• Impostos Directos	1.692.175	12,0
• FGM/FCM/FBM	6.743.775	47,9
• Outras Participações	2.114.608	15,0
• Venda de Bens e Serviços	893.346	6,3

4. Orçamento da Despesa:

	Valor
• Orçamento Inicial	18.950.000
• Reforço	255.615
• Orçamento Final	19.205.615

Os compromissos assumidos ascenderam a um valor de 17.567.994€ e do qual foram pagos 14.040.942€. Assim a taxa de execução da despesa foi de 73,1%.

5. Da situação apresentada no ponto anterior, resultou uma Dívida Orçamental, relativa a Despesas realizada por pagar, no valor de 3,5 milhões de euros.

6. Operações de Tesouraria:

	Valor
• Saldo Inicial	21.986
• Movimentos de Entrada	559.506
• Movimentos de Saída	555.541
• Saldo Final	25.951

7. Garantias e cauções:

	Valor
• Saldo Inicial	480.618
• Movimentos de Entrada	295.275
• Movimentos de Saída	92.402
• Saldo Final	683.491

8. Saldo de Gerência de 2006 para 2007:

	Valor
• Saldo de Execução Orçamental	46.444,96
• Saldo de Operações não Orçamentais	709.441,89
Saldo de Contas de Ordem	683.490,63
Saldo de Operações de Tesouraria	25.951,26

B) Processo Económico-Financeiro

1. O Balanço à data de 31.12.2006 evidencia:

	2005	2006
• Total do Activo	27.279.092	31.854.725
• Fundos Próprios	13.776.839	15.729.618
• Passivo	11.531.385	12.978.415
• Resultado Líquido	2.837.689	1.931.780

2. Demonstração de Resultados por Funções

	2005	2006
• Resultados Operacionais	2.852.400	1.922.918
• Resultados Financeiros	556.145	615.813
• Resultados Correntes	3.408.545	2.538.731
• R. Líquido do Exercício	2.837.689	1.931.780

3. Movimentos no Activo Imobilizado

	2005	2006
• Aumento do Imobilizado	7.399.070	4.587.524
• Amortizações do Exercício	783.420	1.162.445

4. Outros registos relevantes

	Valor
• Acréscimo de Proveitos	83.074
• Custos Diferidos	333.861
• Acréscimo de Custos	324.312
• Proveitos Diferidos	3.220.810
• Amortização de Proveitos Diferidos	256.700

5. Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo

	2005	2006
• Empréstimos Bancários	4.014.615	4.734.512
• Crédito Leasing	0	68.321

6. Dívida a Terceiros – Curto Prazo

	2005	2006
• Credores de Execução Orçamental	4.695.489	3.989.369
• Credores de Operações Tesouraria	502.604	709.412

C) Outros Indicadores – Rácios

Rácios	2005	2006
Receita Total per capita	589,47	595,48
Receita Total por Km2	103.822,30	105.920,20
Despesa Total per capita	587,95	593,52
Despesa Total por Km2	103.554,51	105.571,07
Receitas Próprias per capita	157,05	166,03
Receitas Próprias por Km2	27.660,19	29.531,77
Fundos Municipais per capita	287,89	285,06
Fundos Municipais por Km2	50.705,08	50.705,08
Investimentos per capita	259,13	224,39
Investimentos por Km2	45.639,27	39.912,44
Serviço da Dívida per capita	15,54	17,24
Serviço da Dívida por Km2	2.737,79	3.035,95

II – Execução do Orçamento

II – Execução Global do Orçamento

2.1 – Comparação entre o Orçamento Inicial, Final e o Orçamento Executado

Esta comparação permite aferir a fiabilidade do orçamento apresentado e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas efectivamente arrecadadas.

Comparando os valores previstos no Orçamento Inicial e Final com os montantes executados da Receita e Despesa, obtêm-se as variações que o quadro seguinte revela. Assim, em termos absolutos verifica-se, uma taxa de execução da receita de 73,4%, a qual em termos percentuais é ligeiramente superior à taxa de execução da despesa no valor de 73,1%. Estes rácios traduzem uma elevada capacidade de realização das actividades programadas, tanto mais que a taxa referente à realização da despesa é calculada com base nos valores efectivamente pagos.

Execução do Orçamento do ano 2006

Designação	Orçamento		Execução (c)		Desvio (c) – (b)	Taxa de Execução (%)
	Inicial (a)	Final (b)	Ano Ant.	Ano		
Receitas	18.950.000	19.205.615	255.615	13.831.772	-5.373.843	73,4
Correntes	9.286.500	9.286.500	0	8.774.620	-511.880	94,5
Capital	9.663.500	9.663.500	0	5.056.488	-4.607.012	52,3
Outras		255.615	255.615	664	+664	100,3
Despesas	18.950.000	19.205.615		14.040.942	-5.164.673	73,1
Correntes	8.450.000	8.651.515		7.781.533	-869.982	89,9
Capital	10.500.000	10.554.100		6.259.409	-4.294.691	59,3

€uros

Conforme se pode verificar, o total do Orçamento aprovado, no montante de 18.950.000€, foi durante a execução orçamental elevado a 19.205.615€ (+ 1,3%),

devido à inclusão do saldo orçamental transitado do exercício económico anterior.

Para os resultados de execução orçamental apresentados contribuíram maioritariamente as receitas correntes, que atingiram 94,5%, conseguindo assim financiar as despesas correntes na sua totalidade e ainda 15,9% das despesas de capital.

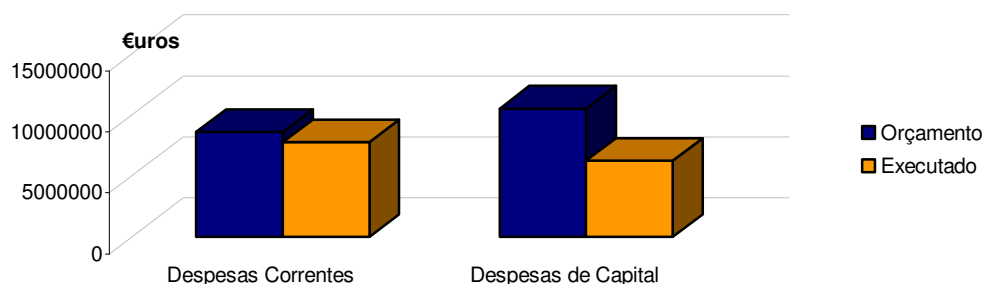
Ao analisar o quadro da evolução orçamental entre o ano 2005/2006, detectamos uma variação de positiva de 2 % na Receita e de 3,6% na Despesa. Esta análise contempla apenas os valores efectivamente recebidos/pagos e não das responsabilidades assumidas.

Evolução Orçamental

Designação	Execução 2005	Execução 2006	Variação	
			Valor	%
Receitas	13.808.365	14.087.387	279.022	2,0
Despesas	13.552.750	14.040.942	488.192	3,6

Os gráficos seguintes permitem uma comparação entre os valores previstos no Orçamento e os valores executados, desagregados de acordo com a sua natureza económica (Corrente e Capital).

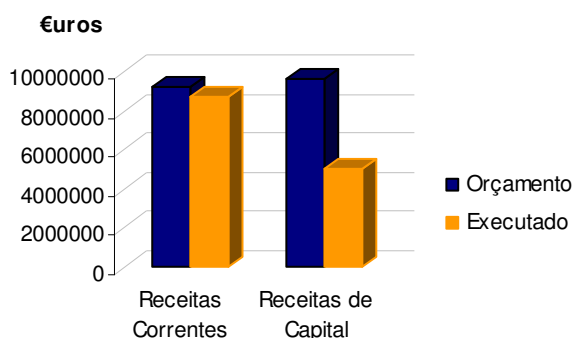
Comparação entre a Despesa Orçamentada e Executada



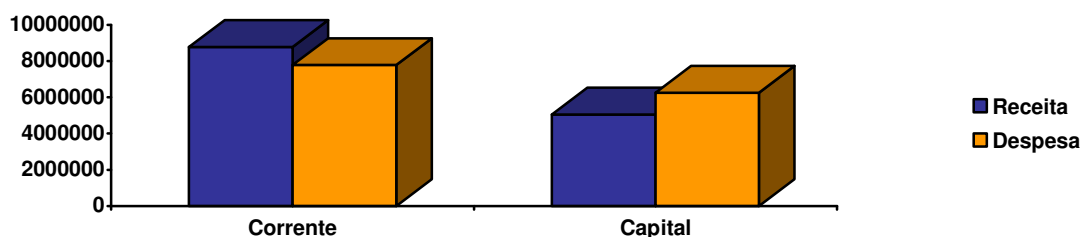
As Despesas Correntes contribuíram para um maior grau de execução no total das Despesas, com uma realização de 90%, enquanto que as Despesas de Capital se situaram numa taxa de realização acentuadamente inferior de 59%.

Comparação entre a Receita Orçamentada e Executada

Relativamente à análise desagregada da Receita, deparamos com uma execução da Receita Corrente de 95%, enquanto que a Receita de Capital se detém apenas nos 52% de execução. Na análise sectorial deste relatório ter-se-á oportunidade de verificar as razões das variações entre o valor orçado e o valor efectivamente executado.



Comparação entre a Receita/Despesa Executada



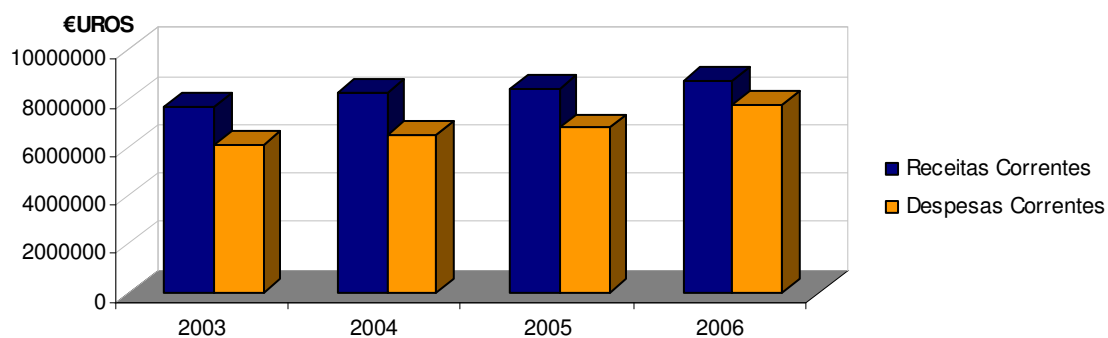
Grau de Cobertura Global das Receitas/Despesas

Rácios	2005	2006
Receita Total/ Despesa Total	101,9	100,3
Receita Corrente/Despesas Corrente	123,6	112,8
Receita de Capital/Despesa de Capital	66,7	80,8
Passivos Financeiros (Receita) /Despesa Total	5,8	7,1
Receitas Próprias/Despesa Total	27,1	28,0
Fundos Municipais/Despesa Total	49,8	48,0
Receita Cobrada localmente/Despesa Total	15,7	16,2
Transferências da Administração Central/ Despesa Total	62,0	62,4

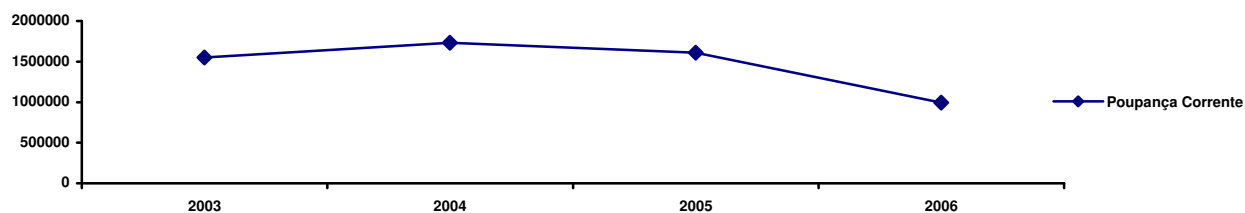
2.3 – Equilíbrio Orçamental – Poupança Corrente

O princípio do equilíbrio orçamental, consagra-se no ponto 3.1.1 do POCAL, determina o modelo orçamental e contabilístico das autarquias locais, ao estabelecer que o Orçamento deve prever receitas para cobrir as despesas, impondo uma mera igualdade contabilística. Não exige qualquer igualdade substancial, ou seja a cobertura de certos tipos de despesa por certos tipos de receita, nem obriga a que as receitas correntes sejam iguais às despesas correntes, desde que no mínimo as receitas correntes financiem as despesas correntes.

Todavia esta norma mantém-se presente na execução orçamental, permitindo a formação de poupança corrente, com vista à sua aplicação no investimento. Efectivamente verifica-se que ao analisar a execução orçamental de 2006, que as Receitas Correntes não só financiaram todas as Despesas Correntes, como ainda financiaram 15,9% das Despesas de Capital, gerando-se assim uma poupança corrente. O gráfico que se segue representa a relação Receitas Correntes/Despesas Correntes executados nestes últimos quatro anos.



Verifica-se que efectivamente as Despesas Correntes tem vindo a aumentar nos últimos anos, mas a Receita Corrente tem acompanhado essa evolução bem como continuado a financiar as Despesas de Capital.



2.4– Resumo dos Movimentos Financeiros de 2006

O saldo a transitar para 2007 no que respeita a operações orçamentais é de 46.445€, o quadro que se segue faz um breve resumo dos movimentos financeiros da autarquia no ano de 2006.

€uros

Designação	Operações Orçamentais	Operações não Orçamentais	Total
(1) Saldo transitado de 2005	255.615,25	502.604,04	758.219,29
(2) Receitas arrecadadas	13.831.771,69	854.780,76	14.686.552,45
(3) Despesas efectuadas	14.040.941,98	647.942,91	14.688.884,89
Saldo a transitar para 2006 (1+2-3)	46.444,96	709.441,89	755.886,85

III – Processo Orçamental

III – PROCESSO ORÇAMENTAL

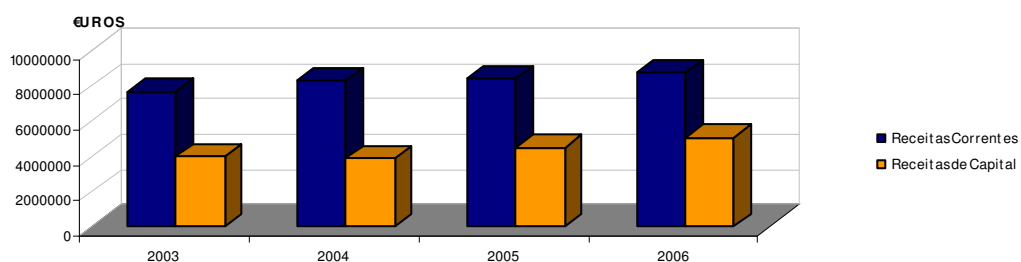
3.1 – Execução Orçamental da Receita

No presente capítulo é efectuada a análise do desempenho da receita ao nível da previsão, cobrança e contabilização, tomando-se como referência a apreciação da estrutura orçamental, o desenrolar da execução do orçamento, reflectido nas alterações nele introduzidas ao longo do ano económico, o grau de execução de receita alcançado face à receita inicialmente prevista e comparação com exercícios anteriores.

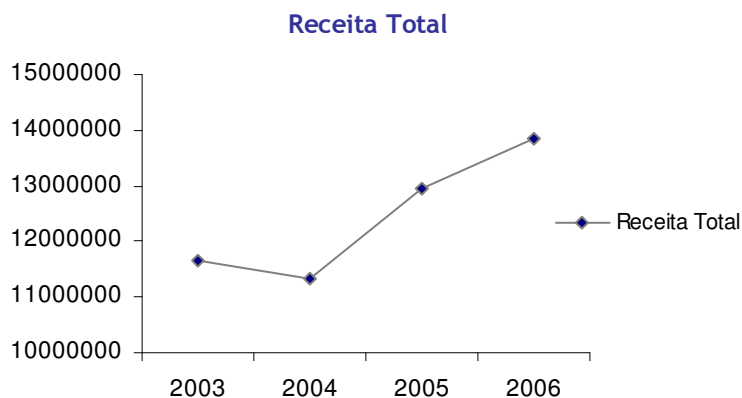
Estando a autonomia financeira da autarquia dependente dos meios colocados ao seu dispor para a prossecução dos fins próprios, sendo relevante referir que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fundos externos.

➤ Evolução da Receita Global

Evolução das Receitas no Período 2003-2006



Estes gráficos permitem visualizar não só a evolução global das receitas como o comportamento de cada uma das suas componentes económicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.



As Receitas Correntes têm tido nos últimos anos um crescente peso em relação à Receita Total, cerca de 66% em de 2003, 68% em 2004, 61% em 2005 e de 62% em 2006.

Verifica-se um decréscimo da receita arrecadada de aproximadamente 4% de 2003/2004, uma acentuada recuperação de 14% de 2004/2005 e menos acentuada de 2005/2006 (2%).

Evolução das Receitas no Período 2003-2006

Designação	2003		2004		2005		2006	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	7.674.792	65,9	8.249.329	68,2	8.432.655	61,1	8.774.620	62,3
01 Impostos Directos	1.581.931	13,6	1.599.011	13,2	1.549.257	11,2	1.692.175	12,0
02 Impostos Indirectos	122.839	1,1	162.801	1,3	189.459	1,4	143.997	1,0
04 Taxas, Multas e Out. Penal.	392.296	3,4	389.026	3,2	372.934	2,7	340.437	2,4
05 Rendimentos Propriedade	411.604	3,5	552.732	4,6	504.753	3,7	578.443	4,1
06 Transferências Correntes FCM/FGM/FBM	3.785.833	32,5	3.966.926	32,8	4.046.265	29,3	4.046.265	28,7
Outros	582.703	5	604.981	5,0	779.004	5,6	945.458	6,7
07 Venda Bens e Serviços	786.650	6,8	915.938	7,6	987.482	7,2	893.346	6,3
08 Outras Receitas Correntes	10.937	0,1	57.914	0,5	3.501	0,0	134.499	1,0
Receitas de Capital	4.908.947	34,1	3.849.994	31,8	5.375.711	38,9	5.312.767	37,7
09 Venda Bens Investimento	232.624	2	48.270	0,4	71.419	0,5	189.828	1,3
10 Transferências de Capital FCM/FGM/FBM	2.523.887	21,7	2.644.618	21,9	2.697.510	19,5	2.697.510	19,1
Outros	445.320	3,8	375.729	3,1	929.716	6,7	1.169.150	8,3
11 Activos Financeiros	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
12 Passivos Financeiros	738.500	6,3	0	0,0	790.000	5,7	1.000.000	7,1
13 Outras Receitas Capital	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
15 Rep. n/abatidas nos pagam.	34.215	0,3	25.963	0,2	11.433	0,1	664	0,0
16 Saldo da Gerência Anterior	934.401	0,3	755.414	6,2	875.633	6,3	255.615	1,0
Total Geral	12.583.739	100	12.099.323	100	13.808.366	100	14.087.387	100

A estrutura e análise das Receitas Correntes do último quadriênio neste quadro acima representado, continua a verificar-se a grande importância que as Transferências Correntes têm vindo a ter na representatividade do total das Receitas Correntes.

O comportamento das Receitas de Capital tem tido ao longo do quadriênio oscilações bastante significativas, verificando-se uma variação negativa que apenas se reverte em 2005, mas que volta a sofrer um ligeiro decréscimo em 2006, muito por força nos atrasos de recebimentos de participações financeiras.

Execução da Receita sem a utilização de Empréstimos

Designação	2003		2004		2005		2006	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Totais (1)*	11.649.338	100	11.343.909	100	12.932.732	100	13.831.772	100
Empréstimos Bancários (2)	738.500	6,3	0	0	790.000	6,1	1.000.000	7,8
Total = (1) - (2)	10.910.838	93,7	11.343.909	100	12.142.732	93,9	12.831.772	92,2
Taxa de Crescimento			0,02		0,04		0,07	

*Excluído o saldo transitado do ano anterior

Na análise deste quadro pode verificar-se que apesar de se ter contraído e utilizado empréstimos nos últimos dois anos, a execução orçamental da receita sem utilização de Empréstimos tem sido superior de ano para ano:

2003/2004 ⇒ +0,02% (+433.071€);

2004/2005 ⇒ + 0,04% (+ 798.823€);

2005/2006 ⇒ + 0,07% (+689.040€).

Estrutura da Receita

Rácios	2005	2006
Receita Próprias/Receita Total	26,6	27,9
Receita Cobrada localmente/Receita Total	15,4	16,2
Impostos Directos/ Receita Total	11,2	12,0
Fundos Municipais/Receita Total	48,8	47,9
Transferências da Administração Central/ Receita Total	60,8	62,2
Passivos Financeiros/Receita Total	5,7	7,1
Venda de Bens e Serviços e Investimento/ Receita Total	7,7	7,7

3.1.1 – Grau de Execução da Receita

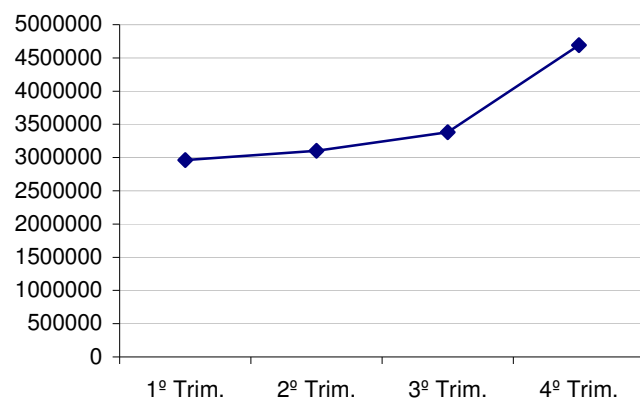
Euros

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Receitas Correntes	9.286.500,00	49	8.774.619,85	63,4	-511.880,15	96,8
01 Impostos Directos	1.643.300,00	8,7	1.692.175,19	12,2	48.875,19	103,0
02 Impostos Indirectos	159.800,00	0,8	143.997,32	1,0	-15.802,68	90,1
04 Taxas, Multas e Out. Penal.	389.500,00	2,1	340.436,96	2,5	-49.063,04	87,4
05 Rendimentos Propriedade	552.550,00	2,9	578.443,13	4,2	25.893,13	104,7
06 Transferências Correntes	5.195.265,00	27,4	4.991.723,03	36,1	-203.541,97	96,1
07 Venda Bens e Serviços	1.184.685,00	6,3	893.345,84	6,5	-291.339,16	75,4
08 Outras Receitas Correntes	161.400,00	0,9	134.498,38	1,0	-26.901,62	83,3
Receitas de Capital	9.663.500,00	51	5.057.151,84	36,6	-4.606.348,16	52,3
09 Venda Bens Investimento	354.500,00	1,9	189.828,07	1,4	-164.671,93	53,5
10 Transferências de Capital	9.303.500,00	49,1	3.866.659,83	28,0	-5.436.840,17	41,6
11 Activos Financeiros	1.600,00	0,0	0,00	0,0	-1.600,00	0,0
12 Passivos Financeiros	1.000,00	0,0	1.000.000,00	7,2	999.000,00	100000,0
13 Outras Receitas Capital	2.900,00	0,0	0,00	0,0	-2.900,00	0,0
15 Rep. n/abatidas nos pagamentos	0,00	0,0	663,94	0,0	663,94	
16 Saldo da Gerência anterior	255.615,25	1,3	255.615,25	100	0,00	0,0
Total	18.950.000,00	100	13.831.771,69	100	-5.118.228,31	72,9
Total (Incluindo Saldos Gerência Anterior)	19.205.615,25		14.087.386,94		-6.650.661,80	73,4

Um dos primeiros aspectos a ressaltar da análise do quadro anterior, prende-se com a relativa discrepância verificada entre a previsão orçamental (18.950 milhares euros) e o valor efectivo das cobranças (13.834 milhares de euros), valor que traduz uma taxa de execução real da Receita de 72,9% e de 73,4% com a inclusão dos saldos da gerência anterior.

Execução da Receita por Trimestres

Da análise do gráfico que se apresenta, verifica-se um gradual crescimento da receita do 1º trimestre ao 3º trimestre. O acréscimo abrupto de 3º para o 4º trimestre justifica-se pela libertação do empréstimo contraído a médio e longo prazo no valor de 1.000.000€.



3.1.2 – Execução da Receita Corrente

€uros

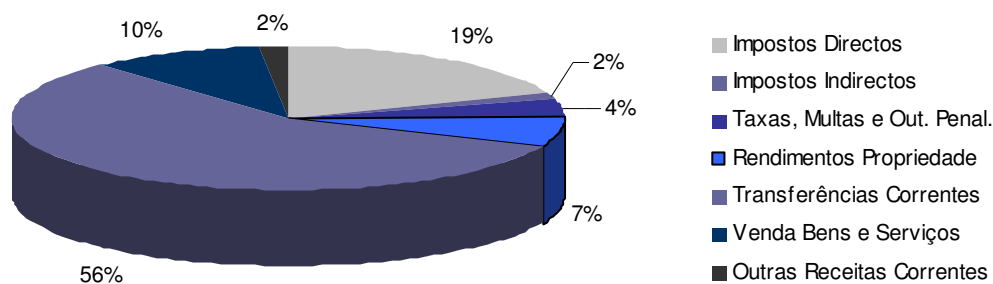
Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Receitas Correntes	9.286.500,00	49	8.774.619,85	63,4	-511.880,15	96,8
01 Impostos Directos	1.643.300,00	8,7	1.692.175,19	12,2	48.875,19	103,0
02 Impostos Indirectos	159.800,00	0,8	143.997,32	1,0	-15.802,68	90,1
04 Taxas, Multas e Out. Penal.	389.500,00	2,1	340.436,96	2,5	-49.063,04	87,4
05 Rendimentos Propriedade	552.550,00	2,9	578.443,13	4,2	25.893,13	104,7
06 Transferências Correntes	5.195.265,00	27,4	4.991.723,03	36,1	-203.541,97	96,1
07 Venda Bens e Serviços	1.184.685,00	6,3	893.345,84	6,5	-291.339,16	75,4
08 Outras Receitas Correntes	161.400,00	0,9	134.498,38	1,0	-26.901,62	83,3

Para o grau de execução de 96,8% da Receita Corrente, contribuiu a elevada realização das receitas fiscais (Impostos Directos), Rendimentos de Propriedade, que obtiveram uma execução acima dos 100%, bem como as Transferências Correntes que obtiveram grau de execução de 96%.

As Receita Correntes que ficaram aquém do valor estimado destacam-se: as Taxas, Multas e Outras Penalidades com uma execução de 87%; Venda de Bens e Serviços (75%), e Outras Receitas Correntes com 83%.

No global a execução das Receitas Correntes conseguiu obter-se uma execução muito positiva.

Estrutura da Receita Corrente Cobrada



3.1.2.1 – Principais Componentes da Receita Corrente

Atendendo à importância desenvolver-se-á, de seguida, um estudo mais detalhado da Receita Corrente mais representativa.

➤ Receitas Fiscais

€uros

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	
01 Impostos Directos	1.643.300,00	74,9	1.692.175,19	77,7	103,0
Imposto Municipal Imóveis	663.400,00	30,3	850.367,76	39,1	128,2
Imposto Municipal Veículos	180.700,00	8,2	218.118,25	10,0	120,7
Imposto Municipal Transmissões Onerosas de Imóveis	534.200,00	24,4	515.778,07	23,7	96,6
Impostos Abolidos	265.000,00	12,1	107.911,11	5,0	40,7
02 Impostos Indirectos	159.800,00	7,3	143.997,32	6,6	90,1
Mercados e Feiras	50,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Loteamentos e Obras	112.000,00	5,1	95.002,90	4,4	84,8
Ocupação da Via Pública	21.000,00	1,0	19.928,50	0,9	94,9
Publicidade	5.500,00	0,3	1.784,88	0,1	32,5
Outros	21.250,00	1,0	27.281,04	1,3	128,4
04 Taxas, Multas e Out. Penalidade	389.500,00	17,8	340.436,96	15,6	87,4
Mercados e Feiras	400,00	0,0	0,00	0,0	0,0
Loteamentos e Obras	257.000,00	11,7	213.306,87	9,8	83,0
Ocupação da Via Pública	100,00	0,0	489,42	0,0	489,4
Caça e Uso e Porte de Arma	1.200,00	0,1	903,07	0,0	75,3
Outros	108.300,00	4,9	94.404,35	4,3	87,2
Multas e Outras Penalidades	22.500,00	1,0	31.333,25	1,4	139,3
Total	2.192.600,00	100	2.176.609,47	100	103,2

A receita fiscal no que concerne aos Impostos Directos, Indirectos e Taxas, Multas e Outras Penalidades obteve uma execução de 103%. As regras previsionais impostas pelo POCAL obrigam à média dos últimos 24 meses, não se prevendo o crescimento ou a eventual cobrança de receitas que nos anos anteriores não havia ocorrido. A execução de apenas 41% nos Impostos Abolidos (SISA, Contribuição Autárquica e outras Taxas) justifica-se pela difícil previsão da arrecadação deste tipo de receita.

O facto de nos Impostos Indirectos e nas Taxas não se ter obtido uma execução total deve-se pela quebra de receita na rubrica Loteamentos quer no que concerne às empresas (85%) quer para os particulares (83%), o que se justifica pela recessão a nível nacional na área da construção civil.

➤ Transferências Correntes

€uros

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Orçamento do Estado	4.066.265,00	78,3	4.062.739,78	86,7	-3.525,22	99,9
Fundos Comunitários	390.000,00	7,5	46.326,73	0	-343.673,27	11,9
Outros/Contratos Programa	739.000,00	14,2	882.656,52	13,3	143.656,52	119,4
Total	5.195.265,00	100	4.991.723,03	100	-203.541,97	96,1

Pela positiva, temos as outras transferências conseguindo-se um grau de execução de 119%, justifica-se pela elaboração de novos protocolos e contratos programas no decorrer do exercício económico.

O valor que se destaca pela negativa por ter obtido apenas uma execução de aproximadamente 12 % é o dos Fundos Comunitários. Tal deve-se ao facto de haver atrasos no recebimento de verbas referentes a acções levadas a cabo pela Autarquia, designadamente: Espaço Internet, Ciclo de Workshop's e outros e Agricultura Biológica.

➤ Venda de Bens e Serviços

€uros

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
07 Venda de Bens e Serviços	1.184.685,00	100	893.345,84	100	-291.339,16	75,4
Venda de Bens	311.085,00	26,3	172.096,13	19,3	-138.988,87	55,3
Serviços	813.600,00	68,7	692.880,69	77,6	-120.719,31	85,2
Rendas	60.000,00	5,1	28.369,02	3,2	-31.630,98	47,3

Um dos principais aspectos a ressaltar da análise do quadro anterior é a execução da Venda de Bens, na qual apenas se obteve uma execução de 55%.

Tal justifica-se sobretudo por três factores: por haver bastantes dividas em atraso nos recibos de água; de estar prevista uma actualização do tarifário da água, o que não veio a concretizar-se; e sobretudo pela pouca adesão dos municípios à ligação à rede de água à medida que esta vai sendo concluída.

Para a execução de 85% na componente de Prestação de Serviços contribuiu pela negativa a não actualização inicialmente prevista do tarifário do saneamento, a pouca adesão à ligação de ramais e pelo não pagamento das tarifas de Lixo por muitos municípios do concelho. Quase todas as restantes rubricas desta componente obtiveram uma execução muito satisfatória.

➤ Outras Receitas Correntes

A execução de apenas 83% justifica-se pelo facto de apesar de ter procedido ao pedido de reembolso de IVA, referente ao 2º semestre de 2006, que em termos de recebimento irá apenas efectivar-se já em 2007.

3.1.3 – Execução da Receita de Capital

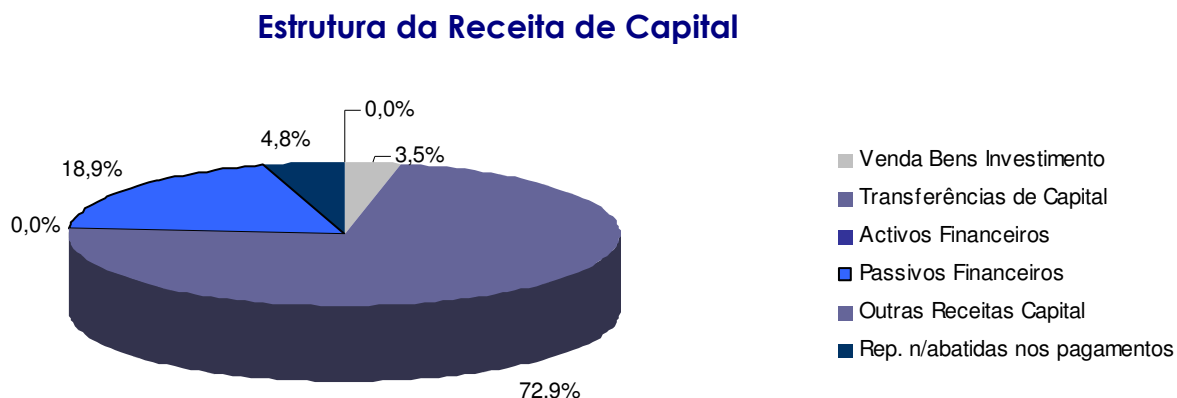
€uros

Designação	Orçamento		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Receitas de Capital	9.919.115,25	51,6	5.312.817,09	37,7	-4.606.298,16	53,6
09 Venda Bens Investimento	354.500,00	1,8	189.878,07	1,3	-164.621,93	53,6
10 Transferências de Capital	9.303.500,00	48,4	3.866.659,83	27,4	-5.436.840,17	41,6
11 Activos Financeiros	1.600,00	0,0	0,00	0,0	-1.600,00	0,0
12 Passivos Financeiros	1.000,00	0,0	1.000.000,00	7,1	999.000,00	100000,0
13 Outras Receitas Capital	2.900,00	0,0	0,00	0,0	-2.900,00	0,0
15 Rep. n/abatidas nos pagam.	0,00	0,0	663,94	0,0	663,94	0,1
16 Saldo da Gerência Anterior	255.615,25	1,3	255.615,25	1,8	0	100

Deste quadro pode observar-se que entre a Receita de Capital prevista e a que foi efectivamente executada há um desvio de 4.606.298€, e apresenta um grau de execução de aproximadamente 54%.

Efectivamente, embora as estimativas assentem em montantes justificados, a baixa concretização justifica-se essencialmente pela baixa execução de Venda de Bens de Investimento (54%) e das Transferências de Capital (42%).

A composição dos valores arrecadados e afectos às Receitas de Capital por agregados económicos pode ser observado no gráfico que se segue:



3.1.3.1 – Principais Componentes da Receita de Capital

➤ Transferências de Capital

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Orçamento do Estado	5.323.500,00	57,2	2.945.287,68	76,2	-2.378.212,32	55,3
Fundos Comunitários	3.955.000,00	42,5	909.227,53	23,5	-3.045.772,47	23,0
Outros/Contratos Programa	27.000,00	0,3	12.144,62	0,3	-14.855,38	45,0
Total	9.305.500,00	100	3.866.659,83	100	-5.438.840,17	41,6

€uros

Da análise ao quadro das Transferências de Capital deparamo-nos com um grau de execução de 42%, face ao valor inicialmente previsto.

A execução das Transferências do Exterior é preocupantemente baixa (23%), tendo essencialmente em conta o atraso de recebimento de verbas provenientes do exterior referente a obras que já se encontram concluídas e em curso.

O facto de nas transferência do OE apenas se ter obtido uma execução de 55%, deve-se pelo facto haver atrasos nas participações do INAG e o IEP. Estes

atrasos não estão de forma alguma associados a uma inactividade da autarquia, pelo contrário, tem-se encetado inúmeros tentativas para que estas participações sejam mais céleres.

➤ **Passivos Financeiros**

€uros

Finalidade	Entidade	Montante Contratado	Utilização em 2006
Obras do III CQA (3ª, 4ª e 5ª fases do Investimento de Agua)	CGD	1.000.000,00	1.000.000,00
	Total	1.000.000,00	1.000.000,00

3.2 – Execução Orçamental da Despesa

Neste ponto efectuar-se-á a análise da despesa nas diferentes ópticas (classificação orgânica e económica). Após uma breve referência aos valores orçamentados e sua comparação com os valores executados, o que permitirá examinar o nível de realização das despesas e apurar os eventuais desvios, será dado um maior destaque às despesas afectas às Grandes Opções do Plano e em especial às executadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos, permitindo avaliar a sua execução e do alcance dos objectivos previstos naquele documento.

A despesa global paga foi de 14.040.942€, mais 488.192€ que o valor contabilizado no exercício económico anterior, o que traduz um acréscimo de 3,6%. Apresenta um desvio de 5.164.673€ relativamente ao valor orçamentado, o que traduz uma taxa de execução orçamental da despesa paga de 73,1%.

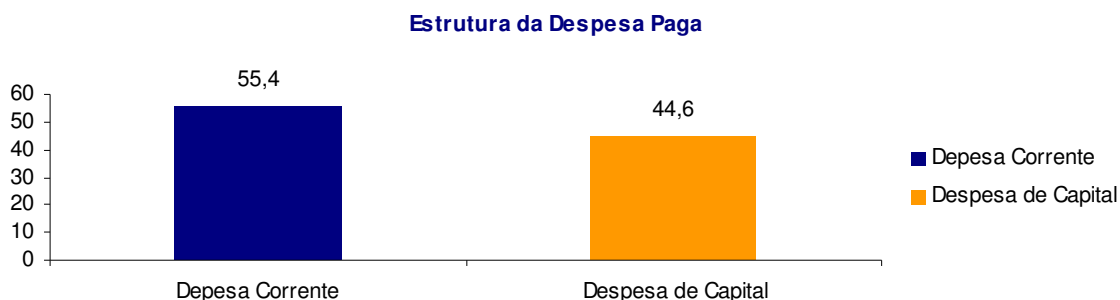
Execução Orçamental da Despesa por Classificação Económica

O quadro que se segue resume na óptica da classificação económica, o total da despesa orçamental contabilizada, comparando os valores previstos com os valores efectivamente pagos.

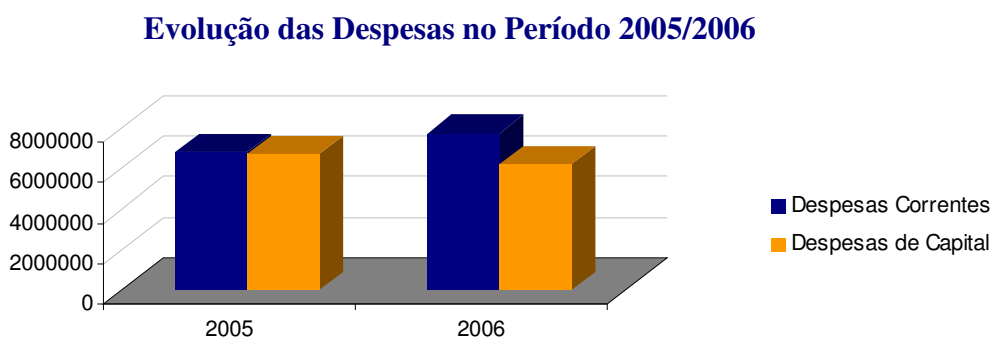
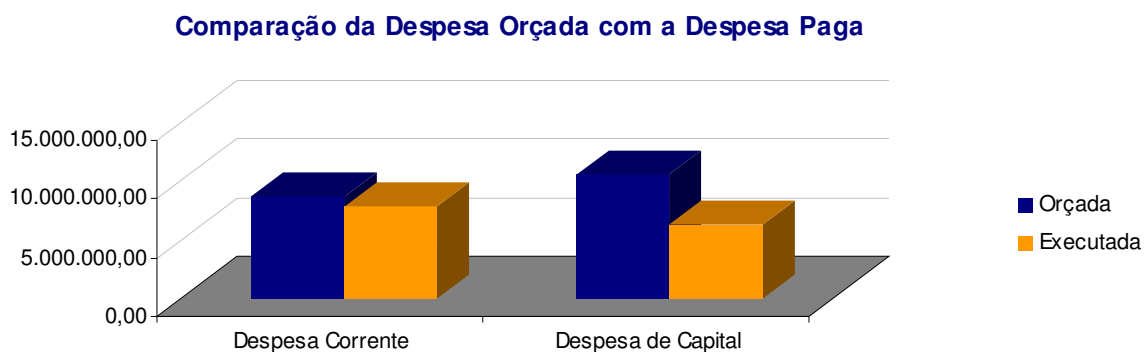
Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Despesas Correntes	8.651.515,25	45,0	7.781.532,77	55,4	-869.982,48	89,9
01 Despesas com Pessoal	3.362.650,00	17,5	2.935.818,91	20,9	-426.831,09	87,3
02 Aquisição de Bens e Serviços	3.887.117,25	20,2	3.451.711,34	24,6	-435.405,91	88,8
03 Encargos Correntes da Dívida	125.000,00	0,7	123.676,99	0,9	-1.323,01	98,9
04 Transferências Correntes	1.184.058,00	6,2	1.178.458,87	8,4	-5.599,13	99,5
05 Subsídios	50,00	0,0	0,00	0,0	-50,00	0,0
06 Outras Despesas Correntes	92.640,00	0,5	91.866,66	0,7	-773,34	99,2
Despesas de Capital	10.554.100,00	55,0	6.259.409,21	44,6	-4.294.690,79	59,3
07 Aq Bens de Investimento	9.573.196,00	49,8	5.308.353,49	37,8	-4.264.842,51	55,5
08 Transferências de Capital	471.000,00	2,5	447.105,99	3,2	-23.894,01	94,9
09 Activos Financeiros	205.854,00	1,1	205.696,00	1,5	-158,00	99,9
10 Passivos Financeiros	284.050,00	1,5	280.103,73	2,0	-3.946,27	98,6
11 Outras Receitas Capital	20.000,00	0,1	18.150,00	0,1	-1.850,00	90,8
Total	19.205.615,25	100	14.040.941,98	100	-5.164.673,27	73,1

€uros

Ao comparar a estrutura do orçamento final com a sua efectiva realização, constata-se que apesar de ter ficado aquém do previsto, a Despesa Corrente obteve um maior grau de execução. Com efeito, em termos previsionais as Despesas de Capital corresponderem 55% da Despesa Total, viriam a representar 44,6% do total da Despesa paga.



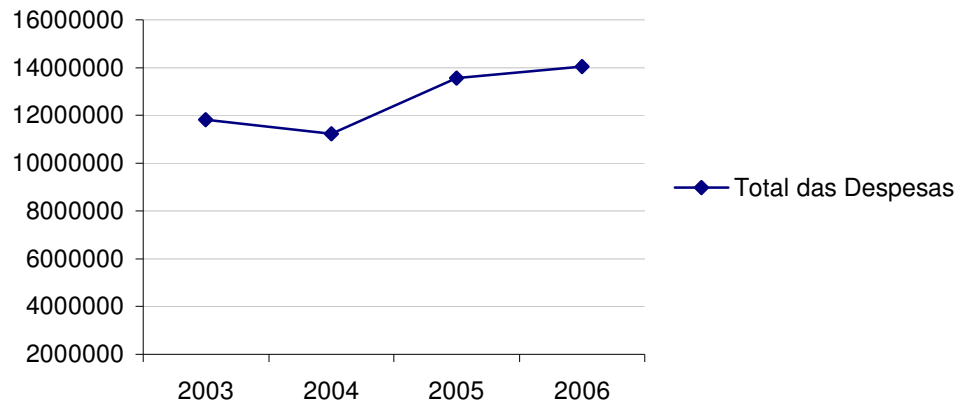
A observação do gráfico permite-nos visualizar o desvio real entre a Despesa Orçada e a Despesa Paga.



O gráfico que se segue evidencia a evolução da Despesa Paga no período de 2003/2006. Constata-se que no último quadriénio o total da despesa paga sofreu

um ligeiro decréscimo em 2003/2004, uma acentuada recuperação de 2004/2005, e um ligeiro aumento em 2005/2006.

Na análise deste gráfico reflecte a evolução total das despesas no período de 2003/2006.



Estrutura da Despesa

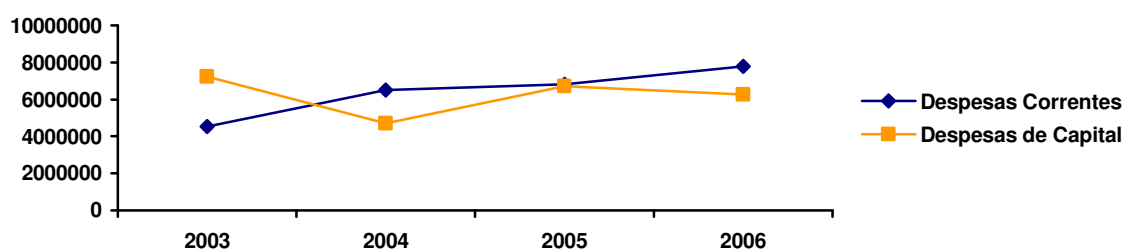
Rácios	2005	2006
Despesa Corrente/Despesa de Capital	101,4	124,3
Despesa Corrente/Despesa Total	50,4	55,4
Despesa de Capital/Despesa Total	49,6	44,6
Pessoal/Despesa Total	19,4	20,9
Aquisição Bens e Serviços Correntes/Despesa Total	22,3	24,6
Serviço da Dívida/Despesa Total	2,7	2,9
Transferências/Despesa total	9,6	11,6

3.2.1 – Execução da Despesa Corrente

A Despesa Corrente paga totalizou 7.781.533€, reflectindo um grau de execução de 89,9%. O quadro a seguir evidencia a estrutura da execução das Despesas Correntes. As Despesas de Pessoal e a Aquisição de Bens e Serviços representam no conjunto uma execução de 83,8% do total das Despesas Correntes e de 37,7% do total da Despesa.

Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Despesas Correntes	8.651.515,25	45,0	7.781.532,77	55,4	-869.982,48	89,9
01 Despesas com Pessoal	3.362.650,00	17,5	2.935.818,91	20,9	-426.831,09	87,3
02 Aquisição de Bens e Serviços	3.887.117,25	20,2	3.451.711,34	24,6	-435.405,91	88,8
03 Encargos Correntes da Dívida	125.000,00	0,7	123.676,99	0,9	-1.323,01	98,9
04 Transferências Correntes	1.184.058,00	6,2	1.178.458,87	8,4	-5.599,13	99,5
05 Subsídios	50,00	0,0	0,00	0,0	-50,00	0,0
06 Outras Despesas Correntes	92.640,00	0,5	91.866,66	0,7	-773,34	99,2

No que concerne às restantes rubricas, as Transferências Correntes representam 13,7%, os Encargos Correntes com a Dívida (1,4%) e as Outras Despesas Correntes (1,1%) da Despesa Corrente.



3.2.1.1 – Principais Componentes das Despesas Correntes

➤ Despesas com o Pessoal

Designação	Orçamento		Executado		Compromissos por Pagar	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%		
01 Despesas com Pessoal	3.362.650,00	100,0	2.935.818,91	100,0	413.310,02	87,3
<i>Remunerações Certas e Permanentes</i>						
Órgãos Autárquicos	131.500,00	3,9	131.225,90	4,5		99,8
Pessoal do quadro	1.377.150,00	41,0	1.376.572,09	46,9		100,0
Pessoal contratado a termo	103.850,00	3,1	103.306,22	3,5		99,5
Pessoal em regime de tarefa/avença	300,00	0,0	0,00	0,0		0,0
Pessoal aguardando aposentação	1.400,00	0,0	665,66	0,0		47,5
Pessoal em qualquer outra situação	119.000,00	3,5	118.643,13	4,0		99,7
Despesas de representação	42.400,00	1,3	42.158,24	1,4		99,4
Subsídio de refeição	155.750,00	4,6	155.263,19	5,3		99,7
Subsídio de férias e de Natal	297.150,00	8,8	296.717,86	10,1		99,9
R. Doença e maternidade/paternidade	61.000,00	1,8	60.511,07	2,1		99,2
<i>Abonos variáveis ou eventuais</i>						
Horas extraordinárias	4.500,00	0,1	4.118,19	0,1		91,5
Ajudas de custo	4.600,00	0,1	3.036,40	0,1		66,0
Abono para falhas	3.200,00	0,1	2.968,53	0,1		92,8
Indemnizações por cessão de funções	25.500,00	0,8	25.378,90	0,9		99,5
Outros suplementos e prémios	32.300,00	1,0	29.801,17	1,0		92,3
<i>Segurança Social</i>						
Encargos com a saúde	571.500,00	17,0	156.603,08	5,3	413.310,02	27,4
Outros encargos com a saúde	54.200,00	1,6	53.628,81	1,8		98,9
Subsídio familiar a crianças e jovens	41.700,00	1,2	41.393,45	1,4		99,3
Outras prestações familiares	350,00	0,0	0,00	0,0		0,0
Contribuições para Segurança Social	270.900,00	8,1	269.601,98	9,2		99,5
Pensões	150,00	0,0	70,72	0,0		47,1
Seguros	58.250,00	1,7	58.194,58	2,0		99,9
Outras despesas de Segurança Social	6.000,00	0,2	5.959,74	0,2		99,3

O valor total executado no ano económico em análise foi de 2.935.812€. Anota-se contudo, que as Despesas de Pessoal em relação às Despesas Correntes estão dentro dos limites legais, representando apenas 37,7% das mesmas.

Como se pode verificar o sub agrupamento das Remunerações Certas e Permanentes, representa o maior peso nas Despesas com o Pessoal

(correspondem em termos absolutos a 77,8%). Neste agrupamento assume um maior relevo as Despesas com o Pessoal do Quadro, às quais se gastaram 1.376.572€, e representam 46,9% do total dos encargos com o pessoal.

As despesas com o Trabalho Extraordinário representam um valor bastante insignificante, apenas de 0,1% sobre os encargos totais. Pelo contrário as Despesas de Saúde têm um valor bastante significativo, referindo-se as mesmas a encargos directos de saúde resultantes de internamentos, consultas médicas, intervenções hospitalares diversas dos funcionários da autarquia.

O valor dos encargos assumidos e não pagos corresponde basicamente a dívida à ADSE.

➤ Aquisição de Bens e Serviços Correntes

Designação	Orçamento		Executado		Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	
02 Aquisição de Bens e Serviços	3.887.117,25	100,0	3.451.711,34	100,0	88,8
Aquisição de Bens	1.012.152,00	26,0	854.347,39	24,8	84,4
Aquisição de Serviços	2.874.965,25	74,0	2.597.363,95	75,2	90,3

Da análise do quadro acima representado, verifica-se que as rubricas de Aquisição de Bens representam 26%, e a Aquisição de Serviços 74%.

Este Capítulo tem sofrido acréscimos ao longo dos anos, facto que se justifica pelo acréscimo de custos com o ambiente, educação nomeadamente na componente das actividades extra curriculares e sobretudo pelo acréscimo de diversas actividades da autarquia.

3.2.2 – Execução da Despesa de Capital

Os quadros seguintes permitem observar a desagregação das Despesas de Capital, constantes da Prestação de Contas, indicando para as respectivas dotações orçamentais, o volume da Despesa paga e respectiva taxa de execução.

Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Despesas de Capital	10.554.100,00	55,0	6.259.409,21	44,6	-4.294.690,79	59,3
07 Aquisição Bens de Investimento	9.573.196,00	49,8	5.308.353,49	37,8	-4.264.842,51	55,5
08 Transferências de Capital	471.000,00	2,5	447.105,99	3,2	-23.894,01	94,9
09 Activos Financeiros	205.854,00	1,1	205.696,00	1,5	-158,00	99,9
10 Passivos Financeiros	284.050,00	1,5	280.103,73	2,0	-3.946,27	98,6
11 Outras Receitas Capital	20.000,00	0,1	18.150,00	0,1	-1.850,00	90,8

Estrutura das Despesas de Capital



O Investimento apresenta uma taxa de execução de 56%, as Transferências de Capital (95%), os Passivos Financeiros (99%) e os Activos Financeiros (100%). Embora os Activos e os Passivos Financeiros conseguissem melhor taxa de execução do que os Investimentos em termos globais, do Orçamento estas só representam 3,3% e 4,5% respectivamente, não influenciando significativamente o global das Despesas de Capital.

3.2.2.1 – Principais componentes da Despesa de Capital

O valor do Investimento municipal inicialmente previsto para o ano económico de 2006 totalizou 9.431.196€. Contudo no decurso da sua execução, foram efectuadas modificações/revisão orçamentais que originaram um aumento de 1,5% em relação ao orçamento inicialmente previsto. Embora esta estimativa não se concretizasse totalmente em termos de pagamentos, os quais totalizaram 5.308.354€, em termos de utilização orçamental os compromissos assumidos do exercício atingiram um volume de 8.024.625 €, ou seja uma realização efectiva de 83,8%.

O gráfico a seguir representa o peso relativo a cada capítulo no total das Despesas de Capital.

Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Terrenos	3.000,00	0,0	0,00	0,0	-3.000,00	0,0
Habitacões	245.500,00	2,6	240.000,00	4,5	-5.500,00	97,8
Outros Edifícios	1.029.100,00	10,7	550.994,76	10,4	-478.105,24	53,5
Construções Diversas	46.700,00	0,5	15.734,32	0,3	-30.965,68	33,7
Material de Transporte	248.000,00	2,6	234.077,44	4,4	-13.922,56	94,4
Equipamento de Informática	15.000,00	0,2	5.002,30	0,1	-9.997,70	33,3
Software Informático	42.200,00	0,4	31.158,47	0,6	-11.041,53	73,8
Equipamento Administrativo	3.000,00	0,0	1.150,74	0,0	-1.849,26	38,4
Equipamento Básico	296.500,00	3,1	205.027,82	3,9	-91.472,18	69,1
Ferramentas e Utensílios	6.000,00	0,1	4.192,40	0,1	-1.807,60	69,9
Artigos e Objectos de Valor	3.500,00	0,0	2.580,00	0,0	-920,00	73,7
Outros Investimentos	13.500,00	0,1	9.876,77	0,2	-3.623,23	73,2
Bens de Domínio Público	7.621.196,00	79,6	4.008.558,47	75,5	-3.612.637,53	52,6
Total	9.573.196,00	100	5.308.353,49	100	-4.264.842,51	55,5

Evolução dos Investimento no período de 2003/2006

Designação	2003		2004		2005		2006	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
07 – Aquisição Bens de Capital	5.165.780	43,7	3.974.370	42,3	6.070.023	59,8	5.308.354	55,5

Numa análise mais apurada das despesas de Investimentos ao longo do quadriénio e o seu respectivo peso em termos de execução orçamental, deparamos com um crescimento de 52,7% de 2004/2005 (+2.095.653), mas uma redução de 2005/2006 de 12,5% (- 761.669€).

Fontes de Financiamento de Investimento

€uros

Designação	2003		2004		2005		2006	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos Bancários	662.500	12,8	0	0,0	790.000	13,0	1.000.000	18,8
Transferências de Capital	2.969.207	57,5	3.020.347	76,0	3.627.226	59,7	3.866.660	72,8
FGM/FCM/FBM	2.523.887	48,9	2.644.618	66,5	2.697.510	44,4	2.697.510	50,8
Fundos Comunitários	324.402	6,3	226.440	5,7	826.367	13,6	909.228	17,1
Outros	120.918	2,3	149.289	3,8	103.349	1,7	259.922	4,9
Outras Receitas Próprias	1.534.073	29,7	954.023	24,0	1.652.797	27,3	441.694	8,3
Total dos Investimentos	5.165.780	100	3.974.370	100	6.070.023	100	5.308.354	100

O Investimento tem tido nos últimos anos diversas fontes de financiamento, mas como se pode observar no quadro acima representado, são as Transferências de Capital que mais financiam as Despesas de Investimentos (72,8%). Os Fundos Comunitários recebidos em 2006 financiaram 17,1% das Despesas de Investimentos (+3,5% que em 2005), os Contratos Programa e Protocolos (4,9%), o FCM/FGM/FBM o equivalente a 51%, um ligeiro acréscimo em relação a 2005 (+6,4%), mas em termos percentuais a componente que mais se acentuou pelo acréscimo foi a utilização do empréstimo, financiando aproximadamente 19%.

➤ Transferências de Capital

€uros

Designação	Orçamento		Executado		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Transferências de Capital	471.000,00	100,00	447.105,99	100,00	-23.894,01	94,9
Administração Local	36.500,00	7,7	15.795,70	3,5	-20.704,30	43,3
Instituições sem fins lucrativos	51.500,00	10,9	50.554,00	11,3	-946,00	98,2
Empresas/Outras	383.000,00	81,3	380.756,29	85,2	-2.243,71	99,4

As Transferências de Capital representam 2,5% do total das Despesa de Capital, e obteve um grau de execução de 95%. O maior grau de execução destaca-se nas Transferências para Instituições sem fins Lucrativos, cujo grau de execução foi de 98% e nas Transferências para Empresas (EPAVE) com uma execução de 99%. Nas Transferências de Capital para a Administração Autárquica conseguiu-se um valor de 43% em relação ao global das Transferências da Capital executadas.

➤ Activos Financeiros

Nesta rubrica obteve-se uma execução total (100%), ao conceder-nos empréstimo ao abrigo do Programa FINICIA no valor de 100.000€ e a execução do valor acordado para 2006 na subscrição de capital da empresa Aguas do Ave, SA.

➤ Amortização de Passivos Financeiros

No que se reporta aos Passivos Financeiros, estes apenas representam 1,5 % do Total das Despesas de Capital, mas no que concerne ao total da execução de Despesas de Capital contribuíram para 2% do valor da execução total.

Os Passivos Financeiros de Médio e Longo Prazo obtiveram uma execução de 98,6%.

3.3 - Despesa por Classificação Orgânica

€uros

Capítulo	Correntes				Capital			
	2005		2006		2005		2006	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
01 Administração Autárquica	1.749.500	22,4	2.030.248	23,5	794.170	7,3	984.404	9,3
02 Ser. Adm, Fin. e Jurídicos	1.203.000	15,4	1.311.800	15,2	81.500	0,75	49.600	0,5
03 Serv. Act. Ec.Pl. e Desporto	546.650	7,01	606.465	7,01	234.300	2,15	241.700	2,3
04 Serv. Cultura e Turismo	617.133	7,91	635.600	7,35	204.080	1,88	153.500	1,5
05 Serv. Ed. e Acção Social	871.000	11,2	1.058.732	12,2	1.445.600	13,3	595.500	5,6
06 Serv. Água, San. Ambiente	1.609.150	20,6	1.758.150	20,3	3.637.950	33,5	4.005.400	38,0
07 Serv. Obras e Urbanismo	1.206.200	15,5	1.250.520	14,5	4.475.400	41,2	4.523.996	42,9
Total	7.802.633	100	8.651.515	100	10.873.000	100	10.554.100	100

Nas Despesas Correntes é a Administração Autárquica a que mais recursos absorvem (23,5%), tal justifica-se pelas Transferências atribuídas e os encargos correntes com a dívida. Já no que respeita as Despesas de Capital é o Serviço de Obras e Urbanismo com 42,9% do total destas despesas, seguindo-se do Serviço de Águas, Saneamento e P. Ambiente com 38%.

3.4 – Análise das Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, e apresenta-se organizado por objectivos, programas, projectos, acções, e pelas intervenções sectoriais desenvolvidas pelos diferentes pelouros, num horizonte móvel de quatro anos. São parte integrante deste documento o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e o Mapa de Execução Plurianual das Actividades mais relevantes do Município.

Assim, nas Grandes Opções do Plano constam para além das despesas de Investimento: as restantes despesas de Capital (Transferências de Capital, Activos

Financeiros) e as Transferências Correntes e Despesas Correntes que representem maior interesse e relevância para actividade autárquica.

O mapa que a seguir se apresenta demonstra a estrutura do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano das Actividades Municipais (PAM) por objectivos, comparando o valor orçado com o valor executado.

Execução das Grandes Opções do Plano

€uros

Objectivos	PPI			PAM		
	Orçado	Execução	%	Orçado	Execução	%
1.1.1 Administração Geral	143.500,00	61.339,29	42,7	30.000,00	29.950,00	99,8
1.2.1 Segurança e ordem pública	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
2.1.1 Ensino não superior	953.000,00	708.702,79	74,4	0,00	0,00	0,0
2.1.2. Serviços auxiliares de ensino	0,00	0,00	0,0	685.840,00	623.141,12	90,9
2.2.1 Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
2.3.2 Acção Social	10.500,00	7.500,00	71,4	407.550,00	405.013,51	99,4
2.4.1 Habitação	8.500,00	1.781,83	21,0	0,00	0,00	0,0
2.4.2 Ordenamento do Território	1.434.296,00	786.337,06	54,8	0,00	0,00	0,0
2.4.3 Saneamento	817.000,00	409.829,40	50,2	0,00	0,00	0,0
2.4.4 Abastecimento de Água	2.552.700,00	1.606.297,68	62,9	0,00	0,00	0,0
2.4.5 Resíduos Sólidos	183.000,00	168.444,40	92,0	307.450,00	261.006,83	84,9
2.4.6 Protecção M.A.e Cons. Natur.	487.200,00	334.283,21	68,6	71.700,00	66.383,64	92,6
2.5.1. Cultura	134.000,00	75.649,14	56,5	301.950,00	286.801,14	95,0
2.5.2 Desporto, receio e lazer	236.700,00	178.595,05	75,5	156.200,00	156.060,00	99,9
3.2.1 Energia	83.500,00	78.011,75	93,4	320.000,00	319.172,93	99,7
3.3.1 Transportes rodoviários	2.935.500,00	1.299.936,49	44,3	0,00	0,00	0,0
3.4.1 Mercados e feiras	5.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
3.4.2 Turismo	19.500,00	1.347,39	6,9	22.400,00	19.434,31	86,8
3.5.1 Outras funções económicas	0,00	0,00	0,0	20.200,00	16.727,51	82,8
4.1.1 Operações dívida Autárquica	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
4.2.1 Transferências Adm. Pública	0,00	0,00	0,0	477.718,00	477.517,66	100,0
4.2.2 Transferências Adm. Privadas	0,00	0,00	0,0	32.300,00	32.287,50	100,0
4.3.1 Activos Financeiros	105.854,00	105.696,00	99,9	0,00	0,00	0,0
4.3.2 Outras Despesas de Capital	2.000,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
Total	10.111.750,00	5.823.751,48	57,6	2.833.308,00	2.693.496,15	95,1

O quadro que se apresenta permite uma análise desagregada das despesas das Grandes Opções do Plano, embora materialmente relevante. Dado o grande nível de repartição por acções não será razoável fazê-lo neste documento, sendo

possível no entanto pela análise do Balanço do Plano e do Mapa de execução Anual do PPI e do PAM, anexo ao presente relatório, perceber a forma como foram executadas as respectivas actividades autárquicas e aplicados os recursos financeiros em acções previstas.

Para o cálculo do grau de execução do PPI e do PAM, o POCAL, considera-se o volume de despesa paga relativamente ao volume de dotações inscritas no Plano.

O valor previsto, no ano em análise, para as Grandes Opções do Plano, totalizou 12.945.058€, desta forma as GOP'S representam 67,4% do valor do orçamento.

Em termos de pagamentos, obtém-se uma taxa de execução de 65,8%. Facilmente se verifica que a maior dotação de verbas das GOP'S se destinou à Rede Viária e Sinalização (Transportes Rodoviários), absorvendo 23% das dotações para as GOP'S e 29% das dotações para o PPI, conseguindo um grau de execução de 44% no valor do PPI e 15% na GOP'S. Surpreendentemente verifica-se que o valor no Abastecimento de Água tem igualmente um peso muito significativo, 20% do valor das GOP'S e 25% no PPI. Obteve contudo uma taxa de execução superior ao conseguir executar 63% no PPI e 19 na GOP'S.

Verifica-se no quadro acima representado que na execução das GOP'S os objectivos que melhor execução financeira foram designadamente:

- Transferências e os Activos Financeiros ⇒ 100%;
- Acção social ⇒ 99%;
- Energia ⇒ 98%;
- Serviços Auxiliares de Ensino ⇒ 91%;
- Desporto, Recreio e Lazer ⇒ 85%.

Os objectivos com menor taxa de execução financeira destacam-se:

- Habitação Social ⇒ 21%;
- Transportes Rodoviários ⇒ 44%;
- Turismo e Saneamento ⇒ 50%.

3.5 - Análise da Dívida do Município

3.5.1 – Dívida a Médio e Longo Prazo

A crescente intervenção social exigida aos municípios deve-se não só ao alargamento das suas atribuições e competências, mas a uma maior capacidade de intervenção no seu desenvolvimento com o objectivo principal de proporcionar melhores condições sócio – económicas, culturais e desportivas. Estas novas competências implicam uma maior necessidade de recursos financeiros, que só recorrendo a fontes de financiamento diversificadas se consegue cumprir.

O endividamento a médio e longo prazo dentro dos limites impostos pelo Governo, constitui uma alternativa que se deve considerar de forma efectiva sempre que estiver em risco a obtenção de financiamentos comunitários para os investimentos a realizar, como sucedeu no exercício em apreço.

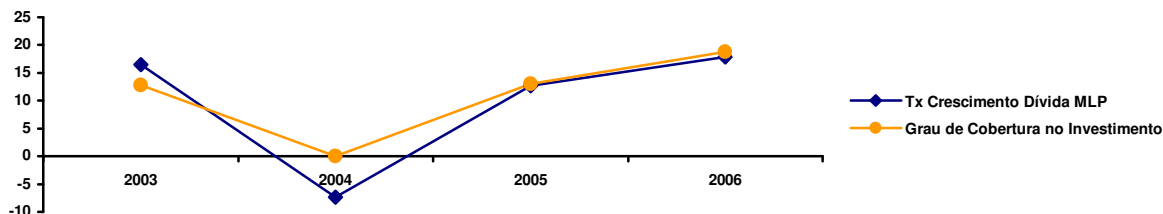
Assim, a necessidade ao recurso ao endividamento autárquico está dependente do nível de receitas arrecadadas e o volume de investimentos a realizar.

O mapa a seguir permite visualizar a evolução da dívida nos últimos quatro anos.

€uros

Designação	2003	2004	2005	2006
Dívida a MLP início período (1)	3.244.051	3.778.533	3.504.493	4.014.616
Empréstimos Contraídos (2)	662.500	0	790.000	1.000.000
Amortizações (3)	128.018	274.041	279.877	280.104
Dívida final período (1+2-3)	3.778.533	3.504.493	4.014.616	4.734.512
Taxa de crescimento da Dívida	16,5%	-7,3%	12,7%	17,9%
Grau de cobertura das despesas de Investimento por empréstimos a MLP	12,8%	0%	13%	18,8%

O aumento da dívida global na ordem dos 16,5% de 2002 para 2003 sofre um decréscimo de 7,3% em comparação com 2004, um acréscimo de 12,7% de 2004/2005 e de 17,9% em 2005/2006.



Rácios dos Encargos com a Dívida

Designação	2003	2004	2005	2006
Juros/Receita Fiscal	5%	3,8%	4%	5,2%
Juros/Receita Corrente	1,4%	1%	1%	1,3%
Juros/Despesa Corrente	1,7%	1,3%	1,2%	1,4%

De acordo com os rácios, os encargos com a dívida têm um peso bastante reduzido quer nas Receitas Fiscais (5,2%), quer no total da Receitas Correntes (1,3%), quer o peso dos juros nas despesas Correntes (1,4%). Em comparação com o ano anterior verifica-se um acréscimo do peso dos juros nas Receitas Fiscais (+1,2%), Receita Corrente (+0,3%) e nas Despesas Correntes (+0,2%), que se justifica pelo aumento muito significativo da taxa de juro (Euribor) indexada aos empréstimos.

Capacidade de Endividamento versus encargos da dívida

Após a análise acerca da dívida bancária torna-se pertinente apurar qual a capacidade legal de endividamento da autarquia. Para o efeito são excluídos:

1. Empréstimo contraído para a realização de obras de reparação dos danos causados pelas intempéries do Inverno de 2000, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 24º da Lei das Finanças Locais;

2. Empréstimo que se destinou a financiar obras comparticipadas por Fundos Comunitários (III CQA).

Euros

Designação	2003	2004	2005	2006
1- Amortizações	45.254	189.976	243.229	243.662
2 - Juros	92.259	73.477	77.571	105.625
3 -Encargos da Dívida (1+2)	137.513	263.453	320.800	349.287
4 -Limite da Capacidade de Endividamento	788.715	826.443	842.972	842.972
5 -Capacidade Líquida de Endividamento (4-3)	651.202	562.990	522.172	493.685
6 - Índice da Capacidade de Endividamento	82,6%	68,2%	61,9%	58,6%

Como se pode verificar pelo quadro que se apresenta, o limite foi sempre respeitado no último quadriénio. Embora em 2003 se tenham alterado as regras do endividamento, pode-se verificar que este município ainda só utilizou 41,4 % da sua capacidade de endividamento.

3.5.2 – Dívida a Curto Prazo

Designação	2003	2004	2005	2006
Dívidas a Curto Prazo	2.568.429,70	2.684.272,07	5.198.092,68	4.698.781,53
1 – Execução Orçamental	2.221.135,03	2.386.724,80	4.695.488,64	3.989.339,44
2 – Operações Tesouraria	347.294,67	297.547,27	502.604,04	709.441,89
Taxa de Crescimento	-39,1%	4,5%	48,4%	-9,6%

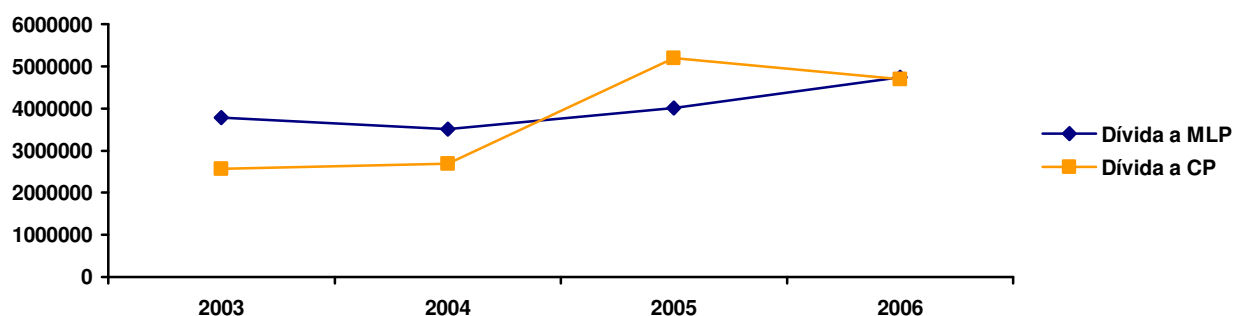
Como podemos analisar do quadro acima representado, verifica-se que no período 2003/2004 o passivo a curto prazo sofreu um ligeiro aumento de 4,5%, um aumento muito acentuado em 2004/2005 (+48%), mas um decréscimo em 2006 (9,6%).

3.5.3 – Análise da Dívida Global

Designação	2003	2004	2005	2006
Dívidas a Médio e Longo Prazo	3.778.533	3.504.493	4.014.615	4.734.512
Dívidas a Terceiros a Curto Prazo	2.568.430	2.684.272	5.198.093	4.698.781
Passivo Total	6.346.963	6.188.765	9.212.708	9.433.293
Taxa de Crescimento	- 15%	-2,5%	32,8%	2,4%

Da análise da dívida global no último quadriénio, constata-se um decréscimo gradual em 2002/2003 e 2003/2004, agravando muito em 2004/2005 (+ 3.023.843€) e 220.585€ em 2006.

Apesar de em 2006 se ter verificado um aumento da dívida global em 2% em relação ao ano anterior, à que referir que apenas foram facturados em 2006, cerca de 1,1 milhão de euros de facturas cujo processo e execução se iniciaram no mandato anterior.



IV – Desempenho Económico-Financeiro

IV – Desempenho Económico – Financeiro

4.1 – Balanço

O Balanço apresenta a posição do Património da autarquia, referente ao encerramento do exercício, estruturando-se através do activo e do passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O activo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O passivo reconhece as obrigações e os proveitos diferidos;
- Fundos Próprios – consiste na diferença entre o Passivo e o Activo.

Como ainda não foi aprovado o Balanço inicial não temos elementos passíveis de comparação em termos de Imobilizado, não nos é possível fazer uma comparação assente em termos reais no valor do Activo e que, conseqüentemente, influencia o valor dos Fundos Próprios. No que concerne ao valor dos direitos e obrigações, é possível comparar valores em relação ao ano anterior.

O saldo inicial do imobilizado que se apresenta no Balanço diz respeito a obras cujo financiamento e conclusão ocorreu entre 2002/2006, bem como os valores que constavam no PPI como valores já realizados.

Estrutura Patrimonial

€uros

Descrição	2004	2006	Descrição	2005	2006
Imobilizado	23.857.916	27.282.995	Património	7.013.800	12.944.506
Existências	0	0	Ajustamentos partes de		
Dívidas de terceiros	166.401	252.216	Capital em Empresas	0	21.000
Disponibilidades	758.219	755.887	Reservas	520.190	832.332
Acréscimos e	525.687	416.935	Resultados Transitados	3.405.159	0
Diferimentos			Resultado Líquido	2.837.689	1.931.780
			Exercício		
			Fundos Próprios	13.776.838	15.729.618
			Dívidas a terceiros – M L P	4.014.615	4.734.512
			Dívidas a terceiros – C P	5.198.093	4.698.781
			Acréscimos e Diferimentos	2.318.677	3.545.122
Activo	25.308.223	28.708.034	Passivo	11.531.385	12.978.415

Indicadores do Balanço

Indicadores do Balanço	2003	2004	2005	2006
Estrutura do Activo				
Activo fixo/Activo total	91,1%	92,7%	94,3%	95%
Activo circulante/Activo total	8,9%	7,4%	5,7%	5%
Activo fixo/Activo circulante	1.024%	1.262%	1.645%	1.915%
Estrutura do Passivo				
Passivo longo prazo/Passivo total	47,9%	45,2%	34,8%	36,5%
Passivo curto prazo/Passivo total	32,6%	34,6%	45,1%	36,2%
Passivo longo prazo/Passivo curto prazo	147,1%	130,6%	77,2%	100,8%
Índice de Liquidez imediata				
Disponibilidades/Exigível a curto prazo	42,9%	43,7%	14,6%	16,1%

Embora estes indicadores sejam usualmente utilizados como determinantes para apreciação da capacidade de endividamento e possam ser sinais da forma como evoluiu a situação financeira da autarquia, não podem efectivamente ser lidos como medida da capacidade de endividamento da autarquia. Os recursos próprios da autarquia dificilmente serão garantia de endividamento perante terceiros, pois os bens que sustentam não podem, em grande parte, ser

hipotecados nem alienados, visto tratar de bens de domínio público ou bens privados do município necessário à prestação de utilidades públicas.

4.1.1 - Activo

As imobilizações resultam apenas dos valores dos bens móveis e imóveis que constam no PPI, uma vez que o inventário da autarquia ainda se encontra em execução.

Ao Imobilizado foi abatido o valor correspondente a obras que foram financiadas pela autarquia mas cujo património pertence a outras entidades e contabilizado como Custos Extraordinários – Transferências de Imobilizado.

Transferência de Obras financiadas pela Autarquia e que revertem a favor de outras Entidades

Natureza	Entidade	Valor
Obras diversas em Residências Paroquiais, Igrejas e Acção Social	Paroquias	54.699,80
Obras diversas	Juntas de Freguesia	123.303,43
Obras diversas – Instalações Desportivas e Recreativas	Inst. Culturais e Recreativas	41.363,73
Equipamento	Ass. Desportivas	10.115,60
Equipamento	GNR	7.443,55
Total		236.926,11

Quanto aos **Acréscimos e Diferimentos**, constata-se que os mesmos resultam de montantes que efectivamente dizem respeito ao exercício económico de 2006.

Acréscimos de Proveitos

€uros

Natureza	Valor
Comissão Protecção de Crianças e Jovens em Risco – 2º Semestre/06	8.714,52
Financiamento de Estágios Profissionais/2006	21.673,73
Financiamento de POC'S	2.140,84
Financiamento do Programa EQUAL	1.315,61
Financiamento do Programa Espaço Internet	41.088,92
Financiamento da Acção intermunicipal 2005/2006	7.498,87
Juros de Depósitos	641,39
Total	83.073,88

Custos Diferidos

O valor dos **Custos Diferidos** resultam de encargos que foram liquidados no exercício económico de 2006, mas que parte desse custo é de exercícios económicos seguintes.

€uros

Natureza	Valor
Empréstimo para ampliação da EPAVE	325.000
Seguros	8.861,40
Total	333.861,40

4.1.2 - Passivo

O passivo da autarquia resume-se a 3 rubricas: Passivo a Médio e longo Prazo (empréstimos bancários); Passivo a Curto Prazo (fornecedores de imobilizado, conta corrente e contratos de leasing, Estado e outros entes públicos (Operações

de Tesouraria e IVA) e outros credores (resultam nas cauções, garantias e subsídios a outras entidades); e os Acréscimos e Diferimentos.

Relativamente aos **Acréscimos de Custos**, anota-se que os mesmos correspondem a encargos da Autarquia em 2006, mas são liquidados no exercício económico seguinte.

Acréscimos de Custos

€uros	
Natureza	Valor
Juros de empréstimos a MLP	20.610,92
Subsidio de Férias e de Natal	303.701,34
Total	324.312,26

No que concerne a **Proveitos Diferidos**, é justificado pelo registo de Transferências de investimentos provenientes, nomeadamente do QCA III e protocolos celebrados. Como ainda não se inclui o valor de imobilizado, não foi contabilizado igualmente o valor de Proveitos diferidos de anos anteriores, só se contabilizando os valores recebidos de 2002 a 2006.

Proveitos Diferidos

€uros	
Natureza	Valor
Eixo I e II do QCA III – CCRN	1.159.234,09
Eixo III do QCA III – CCRN	9.015,77
Ampliação da rede de Saneamento e abastecimento de Água	68.255,26
Revitalização do Centro da Póvoa de Lanhoso	140.731,90
Arruamento de ligação da Av. da Republica à Rua Maria da Fonte	9.512,12
Leader II – ATAHCA	22.435,62
Programa rede de Integração de Infra- Estrutura Desportiva – IND	4.987,98
Ministério da Cultura	16.193,22
Associação "Em Diálogo"	16.256,28

Instituto Nacional de Habitação	180.934,88
Edifício dos Paços do Concelho – DGAL	24.939,90
Protocolo de Modernização Administrativa - DGAL	17.044,00
Implementação do POCAL – DGAL	3.965,44
PITER – Theatro Club	49.827,57
PITER – Aldeia Turística da Carreira	17.927,54
DREN – Equipamento do Pavilhão da EB 2,3 Prof. Gonçalo Sampaio	30.302,00
DREN – Rede de Biblioteca Pública Municipal	15.500,00
FSE – QCA III	11.537,46
AGRIS – Monte do Pilar	59.855,73
AGRIS – Caminho do Monte	60.904,40
AGRIS – Envolventes Igreja de Fontarcada	37.409,84
PRODEP III – Tecnologias de Informação – Escolas	12.747,01
INAG – Rede de Abastecimento de Agua e Saneamento	159.859,39
ON – Parque do Pontido – 2ª Fase	212.582,97
ON – Rede Viária – 8ª Fase	50.349,68
ON – Rede de Agua e Saneamento – 3ª Fase	138.205,39
ON – Rede de Agua e Saneamento – 4ª Fase	941.763,88
INTERREG III A – Vias Augustas	44.249,98
IEFP – UNIVA	3.491,59
POAGRIS – Itinerário Pedestres	65.208,29
POAGRIS – Centro Ambiental de Calvos	130.760,50
LEADER – Centro Cívico de Moure	37.409,50
PRODEP – Equipamento Informático e Software p/Escolas	26.040,00
IEP – Estrada EN 207-4 Povoia/Vilela/Garfe	175.029,09
Empresa – Carrinha do Banco de Voluntariado	8.000,00
Total	3.962.468,27

Aos proveitos acumulados foi, em sede de regularização de exercício deduzida a verba relativa a amortização de proveitos o valor de:

- 2002 ⇒ 72.026€;
- 2003 ⇒ 98.825€;
- 2004 ⇒ 142.305€;
- 2005 ⇒ 171.801€;
- 2006 ⇒ 256.700€.

Amortização do Proventos Diferidos

Euros

Finalidade	Financiamento	Valor do Bem	Amortização	Coef. Comp.	Proveito
Caminho de Lig. aos lugares de Carvalhinho/Fundevila	FC	95.310,30	4.765,52	75%	3.574,14
Caminho do lugar de Varzeas (Lig.Vilarinho) - Fontarcada	FC	67.235,18	3.361,76	75%	2.521,32
Beneficiação da CM 1366, Arifana - Fontarcada	FC	40.965,81	2.048,29	75%	1.536,22
Beneficiação da EM 597 e do CM 1366	FC	82.066,67	4103,33	75%	3.077,50
Pavimentação do CM 1376 - Igreja/Oliveira	FC	71.771,74	3.588,59	75%	2.691,44
Beneficiação do CM 1351 - Covelas	FC	61.635,89	3.081,79	75%	2.311,35
Caminho da Cachada - Águas Santas	FC	116.868,12	5.843,41	75%	4.382,56
Caminho de Redufe - St. Emilião	FC	68.162,65	3.408,13	75%	2.556,10
Caminho do Ribeiro - Taíde	FC	37.886,85	1.894,34	75%	1.420,76
Caminho de Stª Catarina, Poça Nova, Telhado e Barrocas - Vilela	FC	167.649,19	8.382,96	75%	6.287,22
Caminho da Aldeia - Rendufinho	FC	186.162,70	9.308,14	75%	6.981,11
Beneficiação do CM 1366 - Ligação Calvos - Frades	FC	256.537,91	12.826,90	75%	9.620,18
Beneficiação da EM 594 - Galegos	FC	265.119,43	13.255,97	75%	9.941,97
Beneficiação do caminho do Monte - Geraz	FC	140.708,63	7.035,43	75%	5.276,57
Beneficiação do caminho do Monte - Monsul	FC	43.121,14	2.156,06	75%	1.617,05
Beneficiação do caminho de Alcouce/Pinhel - S.Goma	FC	144.881,16	7.244,06	75%	5.433,04
Jardim de Infância de Monsul e Águas Santas	AC	198.625,87	2.594,12	50%	1.241,41
Jardim de Infância de Campo	FC	155.081,20	1.938,52	75%	1.453,89
Rede de Saneamento na EM 597 - Bagães e Vilarinho	FC	261.249,37	13.062,47	75%	9.796,85
Rede de Saneamento na EM 594 - Galegos	FC	12.204,15	610,21	75%	457,66
Arruamento da Av. República ao campo de Feira	FC	161.396,61	8.069,83	75%	6.052,37
Pavimentação Rua 25 Novembro, 1º Maio, Dr. Francisco Sá Carneiro e envolventes à Piscina	FC	183.461,60	9.173,08	75%	6.879,81
Rede de Abastecimento de Agua ao Concelho	FC	42.213,29	2.110,66	75%	1.583,00
Rede de Abastecimento de Agua na EM 594 - Galegos	FC	70.256,55	3.512,83	75%	2.634,62
Acesso ao parque Industrial de Campo	FC	148.169,76	7.408,49	75%	5.556,37
Arranjo da envolvente à Igreja de Fontarcada	FC	48.976,22	2.448,81	75%	1.836,61
Beneficiação dos Passeios da Av. 25 de Abril	FC	129.525,57	6.476,28	50%	3.238,14
Ponte s/Ribeiro do Pontido	FC	213.227,18	10.661,36	75%	7.996,02
Parque do Horto	FC	35.709,52	1.785,48	50%	892,74
Habitação Social em Garfe	AC	310.764,15	3.884,55	43%	1.682,01
Habitação Social em Oliveira	AC	115.764,15	1.446,40	41%	595,92
Piscina Municipal Coberta	FC/AC	1.818.405,89	22.824,02	50%	11.349,92
Theatro	FC/AC	440.992,22	5.734,95	90%	5.161,45
Centro Comunitário do Vale do Cavado	AC	262.612,13	3.282,65	50%	1.641,33
Edifício Paços do Concelho	AC	1.005.447,78	12.584,51	50%	6.284,05
Equipamento de Modernização Administrativa	AC	37.247,44	9.311,86	50%	4.655,93
Equipamento informático - POCAL	AC	7.938,88	3086,74	50%	1.543,37
UNIVA - Equipamento	AC	3.491,59	436,5	100%	436,50
PRODEP III - Tecnologias de Informação - Escolas	AC	16.996,00	4.248,00	75%	3.186,00
ON - Ampliação das Redes de Agua - 3, 4 e 5ª Fase	FC	1.446.857,13	53.838,66	46%	24.737,86
INAG - Ampliação da Rede de Abastecimento de Agua	AC	365.000,00	18.247,82	50%	9.123,91
INAG - Ampliação da Rede de Saneamento	AC	244.438,00	12.221,90	50%	6.110,95
ON - Ampliação da Rede de Saneamento - 2, 3 e 4ª Fase	FC	500.319,72	17.977,72	63%	11.332,14
Parque do Pontido - 2ª Fase	FC	411.825,23	20.591,26	52%	10.629,15
Monte do Pilar	FC	31.918,69	1.595,93	50%	797,97
PRODEP III - Equipamento informático/software	FC	34.720,00	8.680,00	75%	13.020,00

p/Escolas					
INTERREG III C - Biológica - Equipamento	FC	65.927,39	2.949,53	75%	2.212,15
Carrinha p/Gabinete da UNIVA	OUTROS	7.500,00	333,33	100%	333,33
POAGRIS - Centro Ambiental de Calvos	FC	263.929,04	3.299,11	50%	2.451,76
EN 207/4 - EM 602 - Povoá/Vilela/Garfe	FC/AC	753.011,83	15.687,75	64%	10.073,29
Leader - Centro Cívico de Moure	FC	81.541,11	2.083,53	46%	2.805,71
Leader - Itinerários Pedestres	FC	153.487,62	7.674,38	75%	7.687,35
Total		11.886.316,25	228.997,00		256.700,04

4.2 – Demonstração de Resultados

No que respeita à actividade desenvolvida ao longo do exercício, verificou-se um total de Custos no montante de 9.844.041€ e de Proveitos no valor de 11.775.820€.

Desta situação resultou um Resultado Líquido Positivo de 1.931.780€, que se reflecte:

Actividade	2005		2006	
	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas				
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	78.017,35	0,9	131.816,01	1,3
Fornecimentos e serviços externos	3.114.996,50	36,8	3.404.673,61	34,6
Pessoal	2.785.764,39	32,9	3.186.364,44	32,4
Transf. Subsídios correntes concedidos e Prest. Sociais	1.011.607,26	11,9	1.134.747,27	11,5
Amortizações do exercício	783.420,02	9,3	1.162.445,45	11,8
Provisões do exercício			13.376,99	0,1
Custos Operacionais	3.552,59	0,0	3.789,57	0,0
Custos Financeiros	80.350,06	0,9	138.116,06	1,4
Outros Custos	610.861,14	7,2	668.711,40	6,8
Total	8.468.569,31	100,0	9.844.040,80	100,0
Proveitos e ganhos				
Vendas e prestações de serviços	1.146.382,71	10,1	1.010.266,89	8,6
Impostos e taxas	1.836.139,47	16,2	1.905.004,68	16,2
Transferências e subsídios obtidos	7.647.235,63	67,6	8.044.859,69	68,3
Proveitos financeiros	636.495,01	5,6	753.929,38	6,4
Trabalhos para a própria entidade	0	0,0	0	0,0
Outros	40.005,94	0,4	61.759,67	0,5
Total	11.306.258,76	100,0	11.775.820,31	100,0
Resultado Líquido do Exercício	2.837.689,45		1.931.779,51	

Da análise de estrutura permite-nos concluir que, em termos de custos, o maior peso se concentra nos Custos de Fornecimento e Serviços Externos (35%), em termos percentuais verifica-se um ligeiro decréscimo de 2,2% em relação ao ano anterior, mas em valores absolutos significa que se gastou mais 289.677€. Os Custos de Pessoal com 32%, apresenta-se o segundo com maior peso. É de realçar que estão contabilizados no ano de 2006 os custos com Subsídio de Férias e de Natal pagos em 2006, mas que se reportam a um custo de 2005, e que pela

primeira vez foi contabilizado como acréscimos de custo em 2006, mas a ser pago em 2007.

De salientar um ligeiro acréscimo nas Transferências (0,4%) e das amortizações do exercício (0,5%) em relação a 2005.

No que concerne aos Custos Extraordinários, os mesmos dizem respeito na sua globalidade às Transferências de Capital concedidos pela autarquia, bem como a transferência de imobilizado de obras que foram financiadas pela Autarquia mas cujo património pertence a outras entidades.

Relativamente aos Proveitos, verifica-se que o maior peso é essencialmente de Transferências e Subsídios obtidos (68%), o que permite concluir que os recursos da Autarquia estão fortemente dependentes de recursos externos, não apresentado assim, grande capacidade de auto -financiamento.

Surpreendentemente verifica-se um ligeiro decréscimo Venda de Bens e Prestação de Serviços de 136.116 (-1,5%), em comparação ao ano anterior e um ligeiro aumento nas receitas obtidas de Impostos e Taxas (+ 68.865€), mas mantendo a mesma percentagem. No que respeita aos Proveitos Financeiros verifica-se um aumento de 117.434€.

Anota-se que em sede de elaboração do presente relatório, se procedeu a adequada utilização dos princípios e regras contabilísticas, com vista à confirmação de que a informação constante dos documentos de Prestação de Contas apresentam de forma verdadeira e apropriada os aspectos materialmente relevantes da situação financeira da autarquia.

➤ **Demonstração de Resultados Financeiros**

Euros

Custos e Perdas	Exercício		Proveitos e Ganhos	Exercício	
	2005	2006		2005	2006
681 – Juros suportados	80.350,06	138.116,06	781 – Juros obtidos	16.400,71	16.975,10
682 – Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782 – Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683 – Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783 – Rendimentos de imóveis	133.235,24	247.103,09
684 – Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784 – Rendimentos em participações de capital	0,00	0,00
685 – Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785 – Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687 – Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786 – Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688 – Outros custos e perdas financeira	0,00	0,00	787 – Ganhos na alienação aplicações de Tesouraria	0,00	0,00
Resultados Financeiros	556.144,95	618.813,32	788 – Outros proveitos e ganhos financeiros	486.859,06	489.851,19
Total	636.495,01	753.929,38	Total	636.495,01	753.929,38

➤ Demonstração de Resultados Extraordinários

€uros

Custos e Perdas	Exercício		Proveitos e Ganhos	Exercício	
	2005	2006		2005	2006
691 – Transferência de capital concedidas	217.876,65	431.310,29	791 – Restituições de impostos	0,00	0,00
692 – Dívidas incobráveis	0,00	475,00	792 – Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693 – Perdas em existências	0,00	0,00	793 – Ganhos em existências	0,00	0,00
694 – Perdas em imobilizações	392.984,48	236.926,11	794 – Ganhos em imobilizações	210,08	0,00
695 – Multas e penalidades	0,00	0,00	795 – Benefícios de penalidades contratuais	23.752,17	29.100,26
696 – Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,02	796 – Reduções de amortizações e de provisões	0,00	0,00
697 – Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00	797 – Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00
698 – Outros custos e perdas extraordinários	0,01	0,00	798 – Outros proveitos e ganhos extraordinários	16.043,69	32.659,41
Resultados Financeiros	-570.855,20	-606.951,73			
Total	40.005,94	61.759,67	Total	40.005,94	61.759,67

V – Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

V - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

As notas que a seguir se apresentam, visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2.do POCAL. Os registos contabilísticos foram efectuados em conformidade com os princípios da prudência, especialização, consistência e materialidade.

O POCAL obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas de contabilidade:

- Orçamental;
- Patrimonial;
- Custos.

Não foi ainda possível implementar o sistema de contabilidade de custos (implementada em 2007). Contudo, através de critérios pré-estabelecidos (aquando a elaboração das Grandes Opções do Plano), é possível identificar as despesas efectuadas através do classificador funcional definido no ponto 9.1 do POCAL

A ausência deste sistema contabilístico não teve efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados apresentados, pelo que a informação neles expressa, reflecte a imagem verdadeira e apropriada do Activo, Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados da autarquia no ano económico.

Pela primeira vez foi contabilizado como acréscimo de custos efectivos de 2006 o Subsídio de Férias e de Natal dos Funcionários, pelo que na conta 64 – Custos com o Pessoal no ano de 2006 os custos apresentados são reportados a 2 anos (2005 e 2006).

Uma vez que se trata do quinto exercício económico, em que se apresentam as contas de acordo com o POCAL, e tendo em atenção que o Balanço Inicial é ainda provisório, uma vez que o Inventário ainda não se encontra concluído, pode-se permitir a algumas comparações entre os últimos exercícios económicos. Como ainda não foi possível avaliar todos os bens do Imobilizado Corpóreo e Bens do Domínio Público, foi opção só acrescentá-los em Balanço quando a sua inventariação e respectiva avaliação se encontrassem definitivamente concluídas e devidamente aprovadas pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

Os Bens do Imobilizado Corpóreo e do Domínio Público que constam no Balanço reflectem os valores executados no ano desde 2002 a 2006 e pelas obras que constam no PPI, ou seja bens de anos anteriores mas que ainda não se encontram totalmente liquidados.

Os critérios valorimétricos utilizados foram os que constam no Regulamento de Cadastro e Inventário da Autarquia o qual obedece às disposições do POCAL e do CIBE.

Critérios valorimétricos aplicados:

- ✓ Para o imobilizado adquirido foi utilizado o valor de aquisição;
- ✓ Os investimentos financeiros (parte de capital) foram avaliados ao preço de aquisição;
- ✓ As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam;
- ✓ As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários expressam os montantes dos meios de pagamentos e dos saldos de todas as contas de depósito;
- ✓ As amortizações foram calculadas por ano económico, em função da vida útil de cada tipo de activo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE. O valor das amortizações do imobilizado corpóreo, reporta-se apenas ao imobilizado do activo fixo contabilizado.

➤ **Activo Bruto**

Activo Bruto

€uros

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações e ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transf. e Abates	Saldo Final
De bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	34.495,19		240.000,00			274.495,19
Edifícios						0,00
Outras construções e infra-estruturas	12.152.305,82		4.803.849,10			16.956.154,92
Bens do património histórico, artístico e cultural	238.089,67		6.188,00			244.277,67
Outros bens de domínio público						0,00
Imobilizações em curso	0,00		82.997,77		68.396,69	14.601,08
Adiant. por conta de bens de domínio público						0,00
Sub-total	12.424.890,68		5.133.034,87		68.396,69	17.489.528,86
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de Instalação	35.363,50		26.288,50			61.652,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento						
Propriedade industrial e outros direitos						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de imob. em curso						
Sub-total	35.363,50		26.288,50			61.652,00
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	193.750,00		0,00			193.750,00
Edifícios e outras construções	7.360.387,23		278.267,05		6.319,11	7.632.335,17
Equipamento básico	838.930,37		145.377,89		19.370,19	964.938,07
Equipamento de transporte	348.365,71		131.074,77			479.440,48
Ferramentas e utensílios	13.588,64		4.542,19			18.130,83
Equipamento administrativo	244.306,53		41.821,87		7.000,00	279.128,40
Taras e vasilhame	0,00					0,00
Outras imobilizações corpóreas	138.668,44		11.501,77		17.213,50	132.956,71
Imobilizações em curso	3.741.532,65		4.158.262,89		5.351.044,24	2.548.751,30
Adiantamentos por conta de imob. em curso	0,00					0,00
Sub-total	12.879.529,57		4.770.848,43		5.400.947,04	12.249.430,96
De Investimentos financeiros						
Partes de capital	72.452,00		543.245,60			615.697,60
Obrigações e títulos de participação	416.549,36		126.696,24		543.245,60	0,00
Investimentos em imóveis						
Sub-total	489.001,36		669.941,84		543.245,60	615.697,60
Total	25.828.785,11		10.600.113,64		6.012.589,33	30.416.309,42

➤ **Mapa das Amortizações e Provisões**

Amortizações

€uros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	1.339.283,91	789.593,27		2.128.877,17
Bens do património histórico, artístico e cultural	2821,09	9.712,91		12.534,00
Outros bens de domínio público				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
Sub-total	1.342.105,00	799.306,18		2.141.411,17
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de Instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imobilizações em curso				
Sub-total				
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	267.956,23	109.673,47		377.629,71
Equipamento básico	194.853,04	111.451,49		306.304,53
Equipamento de transporte	101.712,63	101.544,67		203.257,30
Ferramentas e utensílios	3.960,44	2.016,76		5.977,20
Equipamento Administrativo	60.281,26	38.452,88		98.734,14
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imobilizações em curso				
Sub-total	628.763,60	363.139,27		991.902,88
De Investimentos financeiros				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis				
Sub-total				
Total	1.970.868,60	1.162.445,45	0,00	3.133.314,05

➤ **Entidades Societárias**

Denominação	N.P.C	Cod. Jur.	Capital Social	Participação	
				Valor	%
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	503730947	SA	1.250.000,00	73.500,00	4,20
EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave	504596608	SQ	19.952,24	19.952,24	100
Águas do AVE	506110508	SA	7.500.000,00	522.237,00	7,00

VI - Anexos